

Neto, Regina Beatriz Guimarães
Amazônia, território em movimento: vidas precárias
História Unisinos, vol. 21, núm. 1, 2017, -, pp. 38-50
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
São Leopoldo, Brasil

Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=579862151003>

Amazônia, território em movimento: vidas precárias

The Amazon, territorial movement: Precarious lives

Regina Beatriz Guimarães Neto¹

reginabeatrizg@gmail.com

Resumo: O artigo trata, inicialmente, da relevância do tema da “migração” na contemporaneidade e das implicações metodológicas do uso dessa categoria, bem como das abordagens que focalizam as estratégias e táticas utilizadas pelos agentes sociais em uma dimensão micro-histórica, sempre relacional, para pensar as mobilidades espaciais na Amazônia. Em seguida, analisa políticas governamentais para o desenvolvimento da região amazônica, nas quais se contextualizam os deslocamentos de trabalhadores pobres, submetidos à violência dos proprietários de terra e do Estado sob a ditadura militar, com apoio civil, legado político que se incorporará ao período da redemocratização. O texto finaliza com reflexões que situam os relatos e vivências dos trabalhadores em um quadro de aprofundamento da precarização e da vulnerabilidade das suas condições de vida, mas relatos que também revelam novas formas de resistência. Relatos de trabalhadores, documentação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e matérias de jornais são as fontes nas quais se apoiam as análises para o artigo, relacionadas com as pesquisas realizadas com base no tema central “trabalhadores e políticas de ocupação nos espaços na Amazônia”.

Palavras-chave: Amazônia, migração, deslocamentos sociais, relatos de trabalhadores, vidas precárias.

Abstract: The article first deals with the relevance of the theme of “migration” in the contemporaneity and the methodological implications of using this category, as well as the approaches that focus on the strategies and tactics used by social agents in a micro-historical dimension, always relational, in order to think about the spatial mobility in the Amazon. Then, it analyzes the government policies for the development of the Amazon region, in which the working poor movement, subjected to the landowners and state’s violence are contextualized under the military dictatorship, with civilian support, political legacy that will incorporate into the period of democratization. The text ends with remarks that situate the accounts and experiences of workers in a deepening framework of precariousness and vulnerability of their living conditions, but reports that also reveal new forms of resistance. Reports of workers, documentation from “Comissão Pastoral da Terra” (CPT) and newspaper materials are the sources in which the analysis for the article are supported, related to researches conducted based on the central theme “workers and occupation policies in the areas of the Amazon”.

Keywords: Amazon, migration, social dislocations, reports of workers, precarious lives.

¹ Professora do Departamento de História e do PPGH da Universidade Federal de Pernambuco. Av. Prof. Moraes Rego, 1235, Cidade Universitária, 50670-901, Recife, PE, Brasil.

Introdução

Desconstruir categorias e conceitos

No Brasil, pode-se escrever uma crônica diária sobre as mobilidades espaciais dos segmentos sociais designados como “migrantes”, um termo que tem sérias implicações metodológicas, como Hannah Arendt já chamara a atenção: “Sem a revelação do agente no ato, a ação perde seu caráter específico e torna-se um feito como outro qualquer. Na verdade, passa a ser apenas um meio para atingir um fim.” (Arendt, 1981, p. 193). Diante do anonimato dos agentes sociais e das ações sem sujeito que o uso da categoria “migrante” expressa, algumas reflexões se fazem necessárias.

Inicio por destacar as análises de Agamben (1998), que nos alerta para a “corrosão das categorias jurídico-políticas tradicionais”, com as quais operamos nosso modo de pensar o mundo político. Para o filósofo “devemos decidir abandonar sem reserva os conceitos fundamentais com que até então representamos os sujeitos do político (o homem e o cidadão com seus direitos, mas também o povo soberano, os trabalhadores, etc.)”². Nessa perspectiva, torna-se imprescindível redefinir categorias e conceitos relacionados aos modos de representação política e aos discursos que estão na ordem do dia, inscrevem a nossa forma de dizer e viver o tempo – fenômeno linguístico – constituidores de nossa historicidade.

No fluxo da história recente, ao ajustar o foco da análise para a realidade do Brasil, poder-se-ia problematizar a condição de milhares de homens e mulheres, nomeados como migrantes, que se deslocam pelo território nacional. Contudo, “migrante” é uma categoria que personifica o coletivo e remete ao termo “processo migratório” que, na visão de Hannah Arendt, significa “desenvolvimento de uma ação sem sujeito”. O conceito de “migração”, associado aos trajetos-meio, predeterminados, direcionados a um fim, nesse sentido, desconsidera as sinuosidades das escolhas dos agentes sociais; e, por outro lado, a própria palavra “migrante” acaba por homogeneizar indivíduos e grupos, congelados em categorias de identidade. Nesse cenário, passam então a ser apreendidos, muitas vezes, como estrangeiros e indesejáveis, sobretudo quando emergem nas representações que significam e produzem o “outro” como ameaça e perigo. Assim, manifesta-se, nas práticas e discursos, um processo de des-humanização que tem como efeito restringir e/ou privar de direitos certos

conjuntos de pessoas. É significativo que em tais circunstâncias as pessoas afetadas possam viver experiências de extrema precariedade e vulnerabilidade que geram e/ou potencializam diversos tipos de violência contra elas.

Ao propor discutir a concepção de migração e as implicações metodológicas que estão em jogo, meu propósito é desnaturalizar o fenômeno migração e os discursos que o sustentam, por meio de análises que desconstruam as significações prévias, possibilitem nomear os agentes sociais envolvidos e circunscrever as situações históricas. Além disso, torna-se pertinente introduzir outras perguntas fundamentais. Sob que marcos teóricos compreender a progressiva precarização e vulnerabilidade das vidas humanas, sob políticas de governos que pressionam de diversas maneiras os deslocamentos territoriais que afetam direitos e provocam o não-reconhecimento de vínculos éticos? O padrão de acumulação capitalista atual revela processos neoliberais que operam segundo a lógica da “acumulação por expropriação” num quadro extremamente veloz e instável, segundo Harvey (2004). O que nos leva a pensar em pessoas destituídas crescentemente de bens materiais, sem meios de subsistência e privadas de direitos.

A reflexão crítica das circunstâncias precárias que cercam os deslocados e que transformam a vida em sinônimo de radical vulnerabilidade para famílias, grupos de pessoas e indivíduos, afetando direitos básicos como trabalho, moradia e alimentação está presente em todos os temas abordados em minhas pesquisas. Nesse sentido, o conceito de vulnerabilidade tem como referência os estudos filosóficos de Judith Butler sobre ética e política, sobre a violência normativa e a violência da “desrealização”, sobre a performatividade de gênero, sobre a corporeidade, sobre a linguagem e sobre a vulnerabilidade da vida humana (Butler, 2004; Butler e Athanasiou, 2013) Um dos aspectos analisados por Butler (2013), pedra angular de uma nova concepção política, fulcral para pensar a problemática apresentada neste artigo, é o de que a vulnerabilidade, ao mesmo tempo em que produz um tipo de sofrimento, gera também resistência nos “desapossados”, conscientes da expropriação capitalista, na qual impera a lógica da posse. Butler, nessa trilha, dispõe-se a pensar sob outra ótica, ao romper com a ideia de “sujeito unitário”. A autora contesta a primazia do indivíduo para, ao invés disso, privilegiar o que se torna relacional entre sujeitos sociais – potência do “agir com” (Butler e Athanasiou, 2013). Deste modo, para Butler (2004) a condição humana de interdependência e vulnerabilidade nos deve levar à consciência de que a nossa vida é fundamentalmente dependente de outras pessoas, “pessoas anônimas”.

² Agamben (1998), neste texto, com base nas análises de Hannah Arendt sobre a categoria “refugiado”. Anuncia, a partir das primeiras reflexões, a centralidade da condição de “refugiado” na política contemporânea: “Por isso, ao passo em que é destruída a velha trindade Estado-Nação-Território, o refugiado, essa figura aparentemente marginal, merece ser, ao revés, considerado como a figura central de nossa história política.” Além do mais, é o debate que se encontra na ordem do dia.

Abordar a questão das mobilidades espaciais relacionadas às lutas por reconhecimento que os deslocados, das mais diversas categorias sociais, buscam para legitimar-se como sujeitos de direito no mundo contemporâneo é tarefa complexa. E, sobretudo, levando em conta as situações específicas nas quais se encontram.

Um tema de difícil apreensão, tratado e midiatisado nos países, tendo em vista constituir um problema ético-político, social, cultural e econômico de dimensões globais: deslocados, ilegais, refugiados, indocumentados ocupam a cena pública contemporânea. Contudo, estas categorias, convém reafirmar, não são autoevidentes, mas se constroem nas práticas sociais, “observando-se a dimensão histórica e antropológica inerente a toda conceitualidade e a todo ato de linguagem” (Koselleck, 2006, p. 17).

Deslocamentos sociais e relações de poder – escolhas metodológicas

Como referir-nos, especialmente, ao problema no Brasil, ao fenômeno dos deslocamentos internos que afeta milhares de trabalhadores pobres, que percorrem longos trajetos, de uma cidade a outra, do campo para a cidade e vice-versa ou, ainda, de um ponto a outro entre as várias regiões?³ A questão adquire contornos específicos, marcada por várias situações-limite como as múltiplas estratégias de relações de exploração em que a prática do trabalho escravo (Esterci, 2008; Gomes, 2008, 2012; CPT, 2010)⁴, denominado de trabalho escravo contemporâneo pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), desafia o próprio estado de direito. Um conjunto de questões que assume dimensões mais complexas nos anos finais do século XX e inícios do século XXI, quando se registram dados que demonstram um aumento contínuo do uso do trabalho escravo no Brasil (Plassat, 2010; Figueira, 2004; Sakamoto, 2006).

Entretanto, não se trata, no caso deste artigo, de realizar diagnósticos gerais sobre o presente e muito menos de abranger a questão da mobilidade espacial no país *in totum*. O recorte metodológico é mais específico. Nessa perspectiva, é que procuro salientar experiências de trabalhadores pobres identificadas com os deslocamentos sociais na Amazônia. Privilegio nas análises, a precariedade crescente das condições de vida dos deslocados, numa

configuração multiforme, particularmente, na região amazônica. Ao focalizar esta região, elegendo algumas áreas, de modo especial, aquelas situadas na parte norte de Mato Grosso e sul do Pará, acredito que se possa debater elementos significativos para refletir acerca da mobilidade espacial no Brasil. Não apenas porque vários trajetos rodoviários estão conectados geograficamente a grandes eixos que ligam a Amazônia às regiões brasileiras, como a Belém-Brasília (rodovia inaugurada no início da década de 1960) e a Cuiabá-Santarém – a BR 163 (Torres, 2005), além da própria Transamazônica – BR 230, entre outras importantes rodovias construídas na década de 1970. Mas também porque o Estado e as empresas privadas utilizam esta rede rodoviária para incrementar a venda de terras e o mercado de trabalho. Neste quadro, conforma-se um território marcado pelos constantes deslocamentos de pessoas provenientes de todas as regiões brasileiras rumo ao Centro-Oeste e Norte, seja para adquirir um lote de terra nos projetos que são denominados de “colonização” (pelo INCRA e iniciativa empresarial), seja para incorporar-se às frentes de trabalho que então se abrem nas fazendas agropecuárias, empresas de mineração e outras. Neste aspecto, é fundamental afirmar que se ater às conexões geográficas é desconhecer a complexidade do processo social e político; deve-se privilegiar, nos estudos, a historicidade desse processo, que demarca os diferentes projetos políticos de governamentalidade, assim como dá relevância às redes de deslocamentos que se configuram (Haesbaert 2004, 2008; Souza, 2000).

A referência é a constituição de um território ativo (Santos, 2006), pensado com base nas relações de poder, detalhando as práticas sociais, culturais e étnicas dos diversos grupos sociais nos complexos processos de ocupação dos espaços. Assim, torna-se imprescindível destacar a dimensão histórica dos deslocamentos, sobretudo, para salientar as experiências e práticas sociais, e inter-relacionar as transformações mais gerais e os comportamentos individuais.

Neste quadro, importa relacionar as experiências sociais às reflexões sobre as políticas governamentais que promovem o que o Estado e os empresários denominam de “desenvolvimento da Amazônia”. A partir da década de setenta do século XX, em razão das políticas instituídas pelos governos militares, conjugadas a novos padrões de acumulação capitalista no país, no contexto da mundialização do capital, promoveu-se um deslocamento sem

³ Ver as contribuições de Oliveira e Oliveira (2011) com base em dados e análises do IBGE.

⁴ O conceito de trabalho escravo suscita diversas controvérsias, especialmente no campo da história. Gomes (2008) participa ativamente deste debate e contribui para esclarecer a pertinência do conceito. Ao analisar as práticas de “trabalho análogo ao de escravo”, afirma que se deve [...] “compreender o fenômeno social designado como trabalho análogo ao de escravo como um fato novo da história recente do Brasil.” (Gomes, 2008, p. 12). Assinala a importância da [...] abrangência, além da força política que ganha, o que, sem dúvida, foi produto da intervenção de um conjunto de atores sociais após os anos de 1970 (Gomes, 2008, p. 21). Esterci (2008) já havia assinalado o estatuto político da designação “trabalho escravo”, atestando como o termo agrupa vários significados políticos e se constitui em discurso de combate a este tipo de exploração dos trabalhadores.

precedentes de diversos grupos sociais, particularmente das regiões Sul, Sudeste e Nordeste para a Amazônia. Verifica-se, por exemplo, que a região Nordeste que, tradicionalmente, registrava um enorme deslocamento de famílias e indivíduos para o Sudeste do Brasil, verá parte desta população, a partir de 1970, redirecionar-se para as regiões Centro-Oeste e Norte (Araújo, 2015; Oliveira e Oliveira, 2011). Por outro lado, em decorrência da situação política e econômica que se delineia, várias áreas de exploração econômica na Amazônia se constituirão em núcleos de demanda de mão de obra, e acenarão, concomitante a este processo, com a possibilidade de terra para posseiros, parceleiros, arrendatários e pequenos proprietários (estes últimos, predominantemente do Sul e Sudeste).

Assim, ao inter-relacionar as dimensões macro e micro históricas, com base em diferentes alternativas e estratégias de deslocamento, pode-se encontrar, entre os conjuntos de pessoas que se dirigem a Amazônia: aqueles que se estabelecem em algum lote de terra e/ou reivindicam e enfrentam difíceis situações em lutas e confrontos pela posse da terra; os que garantem a sua inserção no mercado de trabalho; e os que, privados do acesso a terra e sem contar com a inserção no mercado regular de trabalho ou em serviços mais especializados, veem-se na condição de trabalhadores temporários, trabalhadores braçais, peões, entre várias designações utilizadas (Guimarães Neto, 2010; Harres e Joanoni Neto, 2009).

Para estes últimos, a vida e o trabalho se configuram como um fluxo de incertezas e indeterminações, em que quase todas as formas de trabalho são aceitas como meio de garantir a sobrevivência. São milhares de homens e mulheres a percorrerem os longos caminhos para e na Amazônia (Guimarães Neto, 2002; Joanoni Neto, 2007). Por essa razão, torna-se fundamental estudar as práticas sociais dos deslocados, cartografar seus passos, os modos de vida, o que ocorre “nas passagens”, detendo-se “no que se passa entre”, numa perspectiva sempre relacional.

Diante deste cenário complexo e com base nas pesquisas que realizei⁵, atendo-me a análise dos relatos de experiências individuais e coletivas, inter-relacionando contextos e circunstâncias macro e micro históricos que configuram os acontecimentos, delimitados de forma específica no tempo-espacó. Nessa abordagem, descentralizo as análises sobre o conjunto da sociedade e direciono o foco para as estratégias e táticas utilizadas, sobretudo, por pessoas

comuns, atendo-me à complexidade dos diversos fatores que se entrecruzam e conferem múltiplos significados ao mundo (Revel, 1998, p. 15-38).

Trata-se de um novo itinerário historiográfico, entre experiências do tempo e relatos de histórias. Em minhas pesquisas realizei diversas entrevistas que possibilitam problematizar os deslocamentos sociais no território amazônico. Algumas delas são de reconhecidas lideranças, quer pelo seu trabalho nos sindicados rurais quer pelo trabalho que fazem em instituições da sociedade civil, na defesa dos direitos dos trabalhadores e direitos humanos⁶. Entrevoei também trabalhadores enquanto aguardavam serem contatados para algum trabalho, provavelmente, temporário⁷. Os relatos remetem tanto às configurações sociais mais gerais – o poder de expropriação das médias e grandes empresas capitalistas – quanto aos contextos mais específicos. Desafios sempre novos, detalhados nas condições de trabalho, lutas e vivências que escolhem para contar.

Ouvir histórias sobre as mobilidades espaciais e as táticas de resistência, possibilita projetar cenários muito diversos. Os relatos articulam-se aos gestos que mãos hábeis tecem com os fios da memória, histórias de um fazer cotidiano nos deslocamentos pelo território, desenhando as práticas de trabalho, as violências testemunhadas nos lugares e espaços das novas moradias ou das entre-passagens. Assim, seguem bordando a tela de suas vidas. No entanto, não há como deixar de ouvir e ler esses relatos como discursos que exigem do historiador operar deslocamentos analíticos que problematizam os testemunhos e a própria competência para testemunhar (Ferreira, 2012; Laverdi *et al.*, 2012). Os tempos e espaços vividos se entrecruzam nas trajetórias e os relatos de memória reconfiguram as experiências: não se retorna ao passado tal como ocorreu, o passado no presente é ressignificado (Montenegro, 2010).

Repensar o presente

Com a perspectiva de repensar as categorias que oferecem suporte à reflexão do presente, tão importante para pesquisas no campo historiográfico que circunscrevem suas questões no tempo presente ou no passado recente, François Hartog aponta desafios importantes. Ao enfocar a “crise” financeira e política que vigorava em

⁵ Análises que privilegiam a memória de pessoas deslocadas para áreas denominadas de colonização, nomeados de colonos e de trabalhadores temporários, focalizando uma história plural das relações de trabalho e violência nos territórios de ocupação recente na Amazônia. Tais pesquisas contaram com o apoio do CNPq (bolsa produtividade).

⁶ Maria Joel Dias da Costa (conhecida como Joelma) atuou como Presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Rondon do Pará, PA. Joelma é viúva do trabalhador José Dutra da Costa (Dezinho), assassinado a mando dos proprietários de terra, que também havia sido presidente de Sindicato de Trabalhadores Rurais de Rondon do Pará (Entrevista realizada em Marabá, PA). Aparecida Barbosa da Silva foi outra sindicalista, Presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Confresa, MT, que entrevoei em 2006, na cidade de Confresa, em 2006. Entrevoei, ainda, o advogado da CPT/Marabá: José Batista Gonçalves Afonso, em 2012, em Marabá.

⁷ Nas cidades de Confresa, Cantagalo, Alta Floresta e Juína, todas em Mato Grosso, localizadas na parte norte do estado, em diferentes momentos, em razão das pesquisas desenvolvidas.

2008, no momento da nova publicação do seu livro – *Régimes d'historicité. Présentisme et expériences du temps* (2012), indaga: sob o signo de um presente onipotente, como o historiador pode contribuir para refletir e analisar o momento histórico atual e qual leitura, ao se deparar com esse tempo de “crise”, torna-se necessária em relação aos problemas que se apresentam, a fim de um melhor entendimento sobre o que nos atinge e impacta? E, segundo ele, é fundamental ter em mente que “a história não é repetição”, os acontecimentos – ou que elegemos como acontecimentos – trazem elementos novos e não pensados, criam uma conjuntura inédita e estão de maneira permanente a desafiar nossas maneiras de pensar e de agir (Hartog, 2012, p. 13).

Hartog ao afirmar a importância da análise da experiência contemporânea, marcada pelo que ele define de “presentismo” (uma hipótese para pensar um novo regime de historicidade), atualiza os postulados de uma história que deve formular novas perguntas e posicionar-se politicamente. No estudo exposto neste artigo, que enfoca os deslocamentos para e na Amazônia e a situação de precariedade e vulnerabilidade das pessoas, o que se indaga é a pertinência de determinados conceitos associados às experiências dos trabalhadores pobres, do ponto de vista político e social, e a reivindicação de direitos. O mundo retratado é o da provisão, instabilidade e precariedade das condições de vida dos trabalhadores, não sem pensar nas diferentes iniciativas e estratégias de resistência, reinventadas a todo o instante.

Amazônia, território em movimento: dispositivos políticos

A Amazônia é apresentada em diversos discursos de órgãos do governo e da sociedade civil como um território marcado pela violência da disputa pela terra e pela exploração do trabalho que fere os direitos humanos⁸. Associado às narrativas e às representações imagéticas, cabe assinalar como o tema das *migrações* se apresenta relacionado à experiência dos deslocamentos de trabalhadores de todas as regiões do Brasil para a Amazônia, sobretudo nas últimas décadas do século XX e inícios do século XXI. Os anos 1970 do século XX são cruciais para a análise da questão

dos deslocamentos em sua dimensão política e social. Nestes anos, a campanha do governo e dos empresários para atrair trabalhadores para a Amazônia é construída, também, com base na intensa propaganda amplamente veiculada na grande imprensa, com imagens espetaculares de uma “terra sem homens” apta a receber “homens sem terra”, retórica discursiva do governo Médici. Em uma reunião extraordinária da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), ocorrida em outubro de 1970, o então general presidente anuncia que “um programa integrado de colonização e de desenvolvimento” seria capaz de solucionar os dois problemas cruciais que visualiza o governo: “o homem sem terras no Nordeste e o da terra sem homens na Amazônia” (Médici, 1971, p. 15-16). Este discurso é um marco para o coroamento do pacto estabelecido entre o governo militar e os empresários para a Amazônia.

A grande seca do início da década de 1970 no Nordeste recebe, portanto, no discurso do governo, *status de “causa”* para justificar os investimentos em grandes obras: construção de estradas, hidrelétricas, polos de exploração mineral, projetos designados de “colonização”, entre outros. Nesse âmbito, anuncia-se, preferencialmente, atender os segmentos sociais que são chamados de “flagelados”⁹.

Por meio dessa estratégia discursiva, o governo federal reforça a tese de que o problema da desigualdade social no Brasil está relacionado à inadequada distribuição da população pelo espaço geográfico e não mais à histórica concentração fundiária, muito denunciada até o golpe de 1964. Os “migrantes” nessa projeção discursiva – trabalhadores sem nome e despossuídos de terra e bens materiais – agora fazem parte da representação que funde numa só imagem o governo, os empresários e os trabalhadores, em prol do desenvolvimento nacional e da defesa da segurança nacional.

Não se pode perder de vista que os deslocamentos sociais para a Amazônia são pontuados e cingidos por conteúdos míticos, alimentados pelos discursos e técnicas de propagandas do Estado. No passado recente, já haviam projetado imagens de grande impacto social, nas quais se produziram “bandeirantes”, “soldados da borracha”, “soldados do trabalho”, “novos bandeirantes”. O Estado Novo é exemplar na montagem dessa concepção que associa a figura do trabalhador nacional ao *migrante*, atribuindo-lhe o sentido de “os novos construtores da nacionalidade brasileira” (Lenharo, 1986).

⁸ Especialmente no discurso de certos órgãos federais, como o Ministério Público do Trabalho e o Ministério do Trabalho e Emprego (atual Ministério do Trabalho e Previdência Social), Secretaria Especial dos direitos humanos (incorporada, em 2015, ao Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos; extinto em 2016, após a posse de Michel Temer ainda como presidente interino); das organizações não governamentais, a exemplo da Repórter Brasil; e de entidades como a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

⁹ O discurso sobre a seca de 1970 e a relação que, a partir daí, Médici cria entre o Nordeste e a Amazônia, elegendo as duas regiões como prioritárias para a atuação federal, é muito bem analisada por Soares (2015). Ver também a reportagem sobre a seca no Nordeste na abordagem da Revista Veja: <https://www.google.com.br/search?q=a+GRANDE+SECA+DO+NORDESTE+EM+1970&biw=1024&bih=652&tbo=u&source=univ&sa=X&ved=0ahUKEwjj6Y-siZbOAhVHMB0KhbS3Dj4QsAQILQ&dpr=1>. Acesso em 24/03/2016.

As propagandas das empresas e os investimentos dos empresários responsáveis pelos denominados projetos de colonização, que os militares alardeiam como a mais frutífera aliança do governo com o capital privado, circulam nos principais jornais do país, tais como a Folha de São Paulo (1977a, 1977b) e o Jornal da Tarde (1981a, 1981b, 1981c). Produzem um campo de visibilidade para a Amazônia, especialmente, com os projetos que se localizam ao longo da BR 163, a Cuiabá-Santarém, e também a BR 364, de Cuiabá a Porto Velho/RO, da BR 158, no trecho de Barra do Garças, sul de MT, a Marabá PA, ou que se situam no raio de influência destas rodovias. Sem os suportes dos meios de comunicação não seria possível gerar a imagem-espetáculo da Amazônia, especialmente dos seus “atributos naturais”, percebidos e referidos como um novo Eldorado. Este lugar idealizado, mítico, recepciona milhares de trabalhadores do campo, pequenos produtores e pequenos proprietários como “colonos”¹⁰.

Os projetos de colonização (empresariais e coordenados pelo INCRA) e a relação que estabelecem com as redes dos deslocamentos espaciais na Amazônia (Mato Grosso, Pará, Tocantins, Maranhão, Rondônia e outros estados) não podem ser vistos sem considerar a problemática agrária. Tavares dos Santos (2000) estuda como no Brasil contemporâneo a resolução dos conflitos agrários se deu deslocando famílias do Sul, Sudeste e Nordeste para os estados que compõem a Amazônia, assinalando um padrão de exploração econômica no campo que aprofunda o domínio das grandes e médias propriedades fundiárias (Tavares dos Santos, 2000).

Assim, as redes de deslocamentos de trabalhadores se articulam a vários polos de empreendimentos agrícolas, pecuários, minerais, madeireiros, entre outros. Particularmente nos anos 1970-1980, as novas políticas governamentais, contando com a restruturação do aparato institucional para colocá-las em funcionamento (como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM), propiciam a aplicação do capital privado em projetos agropecuários e minerais, com base nos incentivos fiscais do Estado. Tal quadro concorre para alterar o quadro econômico da região amazônica (Petit, 2003; Porto-Gonçalves e Alentejano, 2010).

Diante dessa nova configuração política e econômica, importantes segmentos sociais do campo reivindicam a posse da terra e disputam novos mercados de tra-

lho (Martins, 2011). Nesse âmbito, é que redes aliciadoras de trabalho compulsório se instalam em diversos pontos do Brasil, particularmente no Nordeste, a fim de recrutar mão de obra para trabalhar em diversas áreas da Amazônia. O jornal *O Estado de São Paulo*, informa em 1975: “Calcula-se que em toda a Região Amazônica há mais de 200 mil desses trabalhadores temporários, ou “volantes”, vivendo em condições de desespero” (in Foweraker, 1982, p. 90).

O sul do Pará e o nordeste de Mato Grosso se tornam alvo do estabelecimento de agropecuárias, responsáveis pela demanda de mão de obra, predominantemente, não qualificada. Empresas que, tradicionalmente, são ligadas ao setor industrial e financeiro, como a Volkswagen, Bamerindus, Banco de Crédito Nacional-BCN, passam a investir na aquisição de terras e gado, desde finais da década de 1960, beneficiando-se dos incentivos fiscais da SUDAM. O sul do Pará e o nordeste de Mato Grosso não só protagonizam graves conflitos na disputa pela terra, em que forças repressivas do Estado e milícias privadas – de empresários e/ou fazendeiros – atuam em conjunto, numa concentração da violência privada (Pereira, 2015; Porto-Gonçalves e Alentejano, 2010), mas também se constituem em áreas de emprego de trabalho escravo ou em condições degradantes (Esterci, 2008; CPT, 2010).

Reflito criticamente, nessa breve configuração histórica, sobre a Amazônia, atenta aos esquemas explicativos que naturalizam atributos, qualificações e conceitos homogeneizadores, e ignoram a sua diversidade cultural e política (Almeida, 2008). Ao analisar as políticas públicas e as práticas discursivas que elegem modelos, planos, “problemas e soluções” para e sobre a Amazônia levo em conta as engrenagens políticas de um projeto de governamentalidade. Tal concepção tem como base a análise dos dispositivos políticos que constituem um governo (Foucault, 2008), o *modus operandi* do capital e as relações de trabalho. Com este enfoque é que situo os deslocamentos sociais praticados nos espaços, nas mais diversas territorialidades constituídas¹¹.

Vidas precárias - deslocamentos sociais, violência e diferentes formas de resistência

No âmbito das várias estratégias discursivas – num ambiente de disputas e conflitos sociais – uma dimensão

¹⁰ Foram vários os núcleos de colonização, criados na década de 1970 e 1980, ao longo das rodovias federais. Sobre a BR 163 consultar o importante livro organizado por Torres (2005), publicado pelo CNPq. Entre os mais importantes projetos de colonização, na década de 1970, situados nesta rodovia, pode-se citar: Sinop, Colider e Alta Floresta. Este último núcleo não se localizava às margens da BR 163, mas era servido por ela (Guimarães Neto, 2002).

¹¹ Minhas pesquisas se nutrem dos debates sobre a noção de territorialidade desenvolvidos no campo da geografia, em diálogo com outras ciências sociais, e toma como base principal, além das reflexões de Santos (1996), os estudos e análises dos geógrafos Haesbaert (2004, 2008); Souza (2000), observando as diferenças e especificidades de suas teses mais importantes.

fundamental é a linguagem que os agentes sociais mobilizam, em especial, a maneira como articulam o “dito” no grupo social. Nesse sentido, torna-se parte importante da análise as denominações autoidentificadoras, escolhidas pelos homens e mulheres, em circunstâncias de trabalho e não-trabalho. Uma linguagem situacional, contingente, provisória, que mobiliza cenários e sentimentos; observações difíceis de apreensão ou enquadramento nas significações da linguagem convencional. O que implica pensar como a linguagem a que recorrem reproduz no nível simbólico as experiências cotidianas vivenciadas de pertencimento e exclusão. Dessa maneira, a linguagem oferece sinais para operar outros registros de resistência, que indicam comportamentos muitas vezes inapreensíveis, desconcertantes e inesperados. Este referencial analítico permite expor e localizar ações no interior – e nunca “fora” – das estruturas normativas e compulsórias, produzidas por forças que fiscalizam e vigiam conjuntos de trabalhadores.

Escolhi entre os vários relatos de trabalhadores (as) e de lideranças sindicais, aqueles que narram experiências de extrema precariedade, com base nas entrevistas orais que realizei. As análises abrangem tanto vivências no período da ditadura militar e civil, quanto nos anos que a sucedem, a partir da redemocratização. Em um projeto de estudo que teve o município de Juína¹² como lócus da pesquisa¹³, realizei um conjunto de entrevistas com trabalhadores que se encontravam em trabalhos temporários. Além disso, foi possível localizar no Fórum da cidade de Juína alguns processos-crime contra trabalhadores, acusados de roubos, desordens e assassinatos; havia também processos com denúncias da prática de “escravidão por dívida”, “trabalho escravo” ou “escravidão branca” (termologias usadas nos processos) nas grandes fazendas e nas áreas de desmatamento. Nessa documentação também se encontrava vestígios do fluxo de trabalhadores, passagens em vários locais, de um lado a outro, por vários garimpos e fazendas, circulando pelas estradas, no próprio município e fora dele.

Em visita/pesquisa de campo a uma área de garimpo, próxima a cidade, entrevistei um grupo de 11 homens, envolvidos com a mineração do diamante (extraiam dali pedras de baixa qualidade). Havia aproximadamente vinte pessoas envolvidas no trabalho do garimpo, vivendo provisória e precariamente, considerando moradia, alimentação e jornada de trabalho; usavam barracos de lona (danificadas, rasgadas...), no meio do mato. Quase todos pareciam bastante debilitados, pois haviam adoecido de

malária várias vezes. Os alimentos possíveis de visualizar no local encontravam-se em quantidade bastante reduzida. Pelo que pude informar-me e observar – visitei, juntamente com alguns alunos do curso de história, extensão da UFMT- *campus Juína*, outras áreas no entorno da cidade – esta era uma situação recorrente. Ao dirigir-me ao grupo para explicar a pesquisa, perguntei pelo nome de cada um, e obtive as seguintes respostas: “sou o Paraná, ele é o Gaúcho. O “Catarinense” veio e se apresentou, da mesma forma o “Japão” (vindo de São Paulo), o “Maranhãozinho”, o “Ceará”, o “Pernambucano”, o “Bahia”, o “Paulista”, o “Piauí”, o “Poconé”. Eram pessoas reconhecidas e interpeladas por nomes de regiões do Brasil ou estados, lugares onde nasceram ou por onde passaram, e que compunham uma cartografia viva na voz dos trabalhadores. Apresentavam-se desapossados do nome próprio e, nessa configuração, aprendiam a conviver com pessoas desconhecidas, como eles mesmos dizem, e viviam intensamente um cotidiano de trabalho – longas jornadas – em que a vida estava sempre por um fio. Relatavam que não tinham documentos, e não havia ali contrato de trabalho. No entanto, afirmavam positivamente que poderiam ir embora quando quisessem e deslocarem-se livremente. Mover-se de um ponto a outro, como nômades, sem lugar certo de parada. Contudo, ali – e não escondiam tal fato – era também um local em que empreiteiros de mão de obra imobilizavam trabalhadores nas fazendas, no serviço de desmatamento, levantamento de cercas, trabalho com o gado, indicando a prática do trabalho escravo.

Como advêm de lugares distintos, incertos e, algumas vezes, desconhecidos, emergem dos cenários descritos por eles histórias tão diferenciadas que, talvez, quando estes homens narram suas experiências, suas identidades se engendram nos próprios relatos, com imagens evocadas e, sobretudo, estimuladas pelas maneiras como o grupo receptiona e representa o narrador desconhecido. Estes relatos revelam duas faces inseparáveis: primeiro, a produção de identidades provisórias no âmbito do grupo, numa interdependência estratégica, que potencializa a sua afirmação como pessoa no próprio grupo. E, ao mesmo tempo, uma tática não só para dificultar ser alcançado ou capturado pelo aparato repressor dos órgãos policiais, mas para criar outras formas de não serem aprisionados a dispositivos de vigilância, como a família, e a uma rede de reconhecimentos possíveis (comerciantes, agenciadores de trabalhadores temporários, escravo, etc.). É necessário considerar como impera nessas situações um pacto do

¹² O município de Juína tem como limites, a oeste o estado de Rondônia, e ao norte o município de Aripuanã, situado muito próximo ao estado do Amazonas. O seu território encontra-se circundado pelas terras dos povos indígenas Cinta-Larga, Enawenê-Nawé, Eriksaktsa e Myky, entre os mais conhecidos. Esta cidade surgiu de uma colonização pública, coordenada pelo estado de Mato Grosso, no final da década de 1970.

¹³ O projeto de pesquisa contou com o apoio financeiro do CNPq: “Movimentos populacionais, cidades e culturas no ambiente amazônico – MT”, para o período de 1998-2000. Foi coordenado por mim em parceria com o professor Vitale Joanoni Neto, do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Mato Grosso.

não dito, do apagar/esquecer as identidades produzidas pelos meios oficiais, que revelam indícios de táticas ou trampolinagens para subverter a ordem. Pode-se ler nessas histórias de vida as inúmeras maneiras de fazer com que o desapossamento do nome jogue a favor dele mesmo, do trabalhador, longe do ponto de vista que o vitimiza, despossuído que está de bens materiais, contratos de trabalho, etc. Como saber? Afinal, o nome próprio – sua instituição legal – também responde pela inserção dos corpos nos códigos sociais, segundo Certeau (1998, p. 240):

Onde acha o limite da maquinaria pela qual uma sociedade se representa por gente viva e dela faz as suas representações? Onde é que para o aparelho disciplinar que descola e corrige, acrescenta ou tira nesses corpos, maledíveis sob a instrumentação de um sem-número de leis? Na verdade, eles só se tornam corpos graças à sua conformação a esses códigos. Pois, onde é que há, e quando, algo do corpo que não seja escrito, refeito, cultivado, identificado pelos instrumentos de uma simbólica social?

Dentro e fora dos códigos sociais, da família, dos locais de trabalho institucionalizados e das múltiplas instituições da sociedade civil (Pelbart, 2002), a materialidade corporal se torna fugidia e resistente às inscrições na lei e nas regras sociais. No entanto, para estes trabalhadores, na rota dos trabalhos temporários, o corpo é submetido a outros regimes de trabalho (jornada excessiva de trabalho ou/e trabalho degradante, que poderia vir a se configurar como trabalho escravo). Mas situação que não os eximem, de qualquer modo, de responder às normas sociais, sob pena de não poderem garantir sua existência. Neste quadro, uma prática diferente se instala, taticamente inventam outras palavras, outras maneiras de se referirem à vida cotidiana, que só no grupo onde se encontram adquirem sentido. Os trabalhadores na performance linguagem-corpo/corpo-linguagem dizem de outro modo a precariedade e a degradação, que têm inscritos em seus corpos, sinais e marcas, que denunciam condições subumanas de trabalho. E o corpo enquanto lócus de inscrição da linguagem cria outras palavras e mobiliza outros códigos de comunicação.

Ao focalizar outra área de Mato Grosso, o município de Primavera do Leste, uma das zonas de maior produção de grãos do Brasil e, também, de algodão, acompanhei *pari passu* a pesquisa de Leandro Cerutti (2004). Neste trabalho, investiga e analisa as palavras criadas pelos trabalhadores temporários que entrevista,

aprendendo as condições de vida e trabalho a que estão submetidos. Palavras que retratam as vivências diárias ora com trabalho ora sem trabalho nas diversas paragens, e que informam: “foi corrê picada” (vigiar as divisas de uma área ilegal incorporadas pelas fazendas); “pernoitar lá no peoneiro” (lugar que hospeda peões, e “gatos” ou empreiteiros que aliciam trabalho escravo). Algumas vezes, “pega um buchinho, bota nas costa – não tem coragem mais pra nada – aquele ali de repente você encontra ele morto no pé da calçada aí, ou qualquer local. Este aí é o morre andando”. “Não tem paradeiro”. Quando relatam sobre as doenças, além dos ferimentos no corpo pelo tipo de trabalho braçal que realizam com foice, enxada, machado, facão e outros instrumentos a ênfase recai sobre a malária, “febre de macaco, risadinha, caladinha”, dois termos que fazem referência à febre, na sua forma mais perigosa, as mais “ferozes” como dizem. (Cerutti, 2004, p. 27-32).

É possível observar, quando utilizam a denominação ‘peão’ e, por extensão, “peão do trecho”, deslocamentos do termo, ressignificados pelos trabalhadores, indicando a situação em que se encontram ou as formas pelas quais agem e se movem nas ocasiões com as quais se identificam. Ou seja, é um termo em processo, em construção, aberto a novos significados.

Para melhor analisar o significado das palavras usadas nas designações, pelos próprios trabalhadores, Cerutti (2004) organizou um glossário¹⁴, onde é possível encontrar expressões como: peão-rodado – “rodou por esse Brasil todo”; *peão poeira* – “o que anda a pé. É aquele que não gosta muito de carona também, com medo de encontrar algum patrão em que ele deu o tombo”; *o peão rodeia* – “ele fica só rodando na mesma região – Paranatinga – Poxoréu – Primavera; Primavera- Poxoréu – Paranatinga”; *o peão escorão ou barrella* – “aquele que acaba se apoiando nos outros”; *peão ligeiro* – “te leva lá no barraco. Você abona ele lá na cidade. Leva lá no barraco, come do bom e do melhor que você pagô pra ele, te dá o tchau e, no outro dia, ele não volta mais”; *o peão macaco* – “quando você vai na estrada assim ele dá um jeito de ficar num pau, já tem o adiantamento dele”; *peão barriga*, ou seja, por quem já conhece as situações que estão relacionadas a ofertas mirabolantes; *o peão urutu-peão* que não liga pra nada, afunda no mundo”. “Afundar no mundo” significa, para trabalhadores que estão em constante deslocamento, realizar tarefa em qualquer lugar, mesmo que distante dos espaços conhecidos.

Tais designações formam um quadro que projeta significados provisórios e situacionais. As diferentes

¹⁴ Este glossário foi montado por Cerutti (2004), com base nas explicações dos próprios entrevistados, que se identificaram como trabalhadores temporários, na cidade de Primavera do Leste, MT. Seu principal interlocutor é um trabalhador chamado Silvânia, depois de muito ter “rodado”, como diz ele, e que se encontrava em condição bastante precária em Primavera do Leste. Maio, 2002, entrevista realizada em setembro de 2002.

formas de combinar, dependendo do cenário é que garantem a sua aplicação e funcionamento, ao produzirem identificações imediatas, oportunas e que ocorrem sempre no âmbito coletivo. Ou seja, o grupo é a referência para a produção do significado. Nesse aspecto, as designações são relacionais e têm um sentido tático, na perspectiva de Michel de Certeau (1998, p. 100-101):

[...] chamo de tática a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. [...] Ela não tem portanto a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem de totalizar o adversário no espaço distinto, visível e objetivável. Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as “ocasiões” e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas.”

Na trilha de Certeau, há também outra táticaposta em ação. A da linguagem autoidentitária, quando os trabalhadores se reappropriam de termos que os desqualificam e passam a ressignificá-los, deslocando noções naturalizadas. O grupo ou a rede de trabalhadores que se forma interfere decisivamente nesta construção de atribuição de sentido. Pelo fato de a desqualificação se constituir em uma referência que vem “de fora” (mas também interiorizadas), das matrizes normativas das condutas sociais e reguladoras do mercado de trabalho, as designações, quando são reappropriadas, acabam por ser compartilhadas também pelos trabalhadores. Mas, quando a retomam, criativamente, passam a ser sujeitos da denominação, dando a ela outros usos. Ao se apropriarem das categorias impostas, subvertem o seu sentido e conferem a ele positividade. As variações da categoria “peão”, expostas no glossário de Cerutti, expressam não apenas a transitóridade do trabalho e das suas designações, mas a positividade dos atributos.

Classificados e rotulados como provocadores de desorganização social, veem na sua condição de trabalhador aquele que sabe agir com esperteza e esforço no trabalho. Imediatamente fazem referência a um tipo de trabalho, o que é feito pelo “peão” que prepondera nos discursos, incorporando a denominação “peão” com significações múltiplas, personagem amplamente analisada nas ciências sociais (Esterci, 2008; Figueira, 2004; Guedes, 2012).

O peão se encontra dentro do sistema de mobilização da força de trabalho, e não deixa de ser um traço

estrutural do emprego de mão de obra na Amazônia, mas situa-se, também, dentro das redes que imobilizam trabalhadores. Nas últimas décadas, trabalhadores temporários foram atraídos para diversos projetos – mineadoras, siderúrgicas, hidrelétricas, agropecuárias, entre outras empresas – na Amazônia. Deslocaram-se, também, acompanhando a zona de investimentos de capitais, para as plantações de soja, milho, cana de açúcar/destilarias de álcool, nos complexos agroindustriais. Segundo Guedes (2012, p. 140):

O termo Trecho extrapolou suas iniciais fronteiras é como se todo o Brasil fosse um imenso canteiro de serviços, passou a designar todas as grandes obras e os homens que as executam, os peões do Trecho, nômades por excelência e necessidade.

Seja como “peão de trecho”, como trabalhadores em áreas de mineração, barragens, hidrelétricas, grandes plantações agrícolas, homens e mulheres se encontram nas alternâncias dos trajetos, numa simultaneidade de experiências e vivências em territórios-rede. A vulnerabilidade da vida humana se descontina incessantemente. O caso do trabalhador Josenildo¹⁵, conhecido como “Maranhão”, é exemplar. Inicia seu relato lembrando as palavras de um homem, chamado de “Pau Velho”, que matou seu amigo num garimpo porque este havia derrubado um balde d’água. Quando Josenildo o interpelou por que havia feito isto, ouviu a seguinte resposta: “morrer ou viver é a mesma coisa”. As condições de extrema inssegurança nas atividades da mineração, especialmente a exploração de cassiterita em Rondônia, por onde passou e quase foi morto, é recorrente no seu relato. Ele mesmo, agora acusado de cúmplice de assassinato de um pequeno proprietário de terra que o havia contratado, a ele e a outro rapaz, que atendia pelo nome “Poconé”, para trabalharem em um roçado.

O rapaz que estava com ele havia morto o homem à foice. Conforme o processo-crime que consultei no Fórum de Juína, a testemunha – a mulher do homem assassinado – disse que Josenildo nada fez para defender o seu marido. Josenildo alega que o colega de trabalho, que ele nunca havia visto antes, estava enlouquecido, “rodopiava a foice, querendo atingir a todos”, e que não havia defesa naquela situação. E assim, diante dessas circunstâncias, abre-se um tempo de mudanças trágicas em sua vida, aos 35 anos de idade. Ao dar continuidade a sua narrativa em que o passado e o presente se fundem, faz uma pausa e reflete com dor:

¹⁵ Entrevista concedida por Josenildo Lourenço de Souza, em maio de 2000, na Cadeia Pública de Juína/MT. Condenado a 18 anos de prisão.

Eu não era o que sou hoje. Eu já fui né? Porque essa vida que eu levava aí... Trabalha um dia... Tá num canto; outro dia no outro. Isso aí não vira nada. Pessoa termina morrendo. E morre sem ter onde cair em cima. Porque o cara não constrói nada. O que ganha numa fazenda ou em garimpo que seja, já gasta viajando pra outro lugar ou mesmo que não viaja. Mas quando chega na cidade estoura tudo. Fica nada! (Josenildo Lourenço de Souza).

Este relato de Josenildo e dos demais assinalados neste texto estão relacionados às condições levadas ao paroxismo da mobilização da força de trabalho no território amazônico e expressam um quadro bastante complexo. A ruptura com um “lugar próprio”, com a família e outras referências culturais, parece impulsioná-los a se moverem para outros territórios do ponto de vista mais cultural que geográfico. A referência é a constante mudança, e adotam um modo vivente oposto ao que tiveram no passado, sobretudo laços familiares. Ao se constituírem desterritorializados, separam-se simbolicamente dos valores passados e recusam-se a instituir práticas sociais que implicam bases sociais estáveis. Acreditam que não há retorno, pois avaliam que “aí to barrelado”, ou seja, reputação maculada (Cerutti, 2004).

Por outro lado, há uma engrenagem montada pelos proprietários e, sobretudo, pelos “empreiteiros”, os agenciadores de mão de obra, que contratam trabalhadores para todo tipo de serviço temporário – de “livre acordo” ou compulsoriamente – e os levam para as mais diversas áreas. O fato é que a mobilização da força de trabalho têm sido recorrente na Amazônia, seja na atividade dos seringais, seja nas atividades dos castanhais, dos babaçuais, da caça e pesca e da mineração. São atividades marcadas por uma situacionalidade, numa curta temporalidade. Contudo, há atividades que são marcadas por uma dupla maneira de funcionamento; por um lado, os trabalhadores são incitados a participarem de várias frentes de trabalho, por outro, nessas mesmas frentes podem se deparar com mecanismos imobilizadores do trabalho: ficam retidos em áreas de mineração, de derrubadas de floresta, de fazendas de gado. A limitação da mobilidade por atos coercitivos, muitas vezes fazendo-se uso de grande violência é também uma prática comum, sobretudo quando incorre na adoção do trabalho escravo. Esta é uma dimensão fundamental no estudo acerca das condições de vida e trabalho desses homens e mulheres, especialmente na Amazônia.

Para abordar questões relacionadas a este “quadro organizador” da força de trabalho, realizei nove entrevistas

com homens que se encontravam alojados na praça da rodoviária, na cidade de Juína, em maio de 2001. Este era o local onde se negociava o trabalho dos desmatamentos e roçados nas fazendas, construção de cercas, entre outros serviços que exigiam trabalho braçal pesado e, muitas vezes, perigoso, para o qual, segundo eles, não recebiam alimentação adequada. A forma de arregimentação, no testemunho de um dos entrevistados, aparece com a marca da violência:

os empreiteiro passava e obrigava a gente subir na camionete, tudo peão, quando num queria ir, empurrava pra dentro e também levava um monte aí, que nem tavam vendo, tinham tudo bebido... (depoimento de um trabalhador que pediu para se manter anônimo)¹⁶.

Assim, a contrapelo das designações negativas que lhes imputam, Zenon Silva Santos, natural do Maranhão, que passou por várias cidades do Pará e Mato Grosso, antes de chegar em Juína/MT, territorializa o seu espaço e produz a identidade de trabalhador ao afirmar: “Mas a gente vive aqui, olha minhas mãos: isso aqui é moto-serra, é foice, trabalhando tudo aí... sou um trabalhador!”¹⁷

Além disso, pode-se, ainda, mobilizar o conceito de apropriação que permite refletir sobre a multiplicidade de leituras dos modos de fazer que os agentes sociais operacionalizam. Eles não apenas diversificam os sentidos, mas sua leitura dependerá da situação e do lugar onde estão localizados provisoriamente, e com quem se relacionam. Assim, as apropriações não são homogêneas e as leituras e modos de fazer não são unívocos.

Ao narrarem suas vidas, esses trabalhadores revelam como a instabilidade é parceira da violência física e simbólica. No seio de relações que exigem constantes releituras e ressignificações revelam que não são vistos como sujeitos de direito; circunscrevem o mundo no qual sobrevivem, fato que, talvez, retrate a “vida que não conta” (Butler, 2004; Esterci, 2008; Figueira, 2004).

A polícia aqui, já fez algumas coisas incrível assim, alguma coisa sem o cara merecer. Passar dois dia preso como eu já passei aqui. Que eles não querem que chegue lá perto da rodoviária. Eles pega a gente, passa o dia na cadeia, dorme lá e no outro dia eles pega nós e traz aqui [a praça da rodoviária] e joga aqui de novo, manda embora (Zenon).

Zenon, como outros, diante dos atos repressivos do aparato policial, tem que se fazer visível e percebido de

¹⁶ Trabalhador que não quis declarar seu nome. Entrevista na praça da rodoviária de Juína (2001).

¹⁷ Entrevista em Juína, na praça da rodoviária com um grupo de trabalhadores, maio de 2001.

outros modos (talvez a sua presença incômoda na cidade e suas constantes reivindicações), e lutar pela sobrevivência no âmbito de um aparato de vigilância que lhe retira a condição de exigir direitos. Não tem a quem recorrer porque, nesse campo, seu discurso é desprovido de legitimidade:

Agora vou falar uma realidade procês. Eu tô sem documento agora esses dias. Tomei muito, uma mais adiantada da outra, e o negócio pegou, perdi até as boroca, perdi tudo, e não consegui mais o documento. Aí cheguei no escritório, no cartório aí e falei. O homem me disse: você tem que ir lá em Imperatriz do Maranhão, que foi a cidade que te registraram. Mas ja fui casado duas vezes, ai tô barrelado. Fui casado duas vezes num estado só, civil! Um numa cidade, outro noutra, ai me complicou né. Aí o negócio tá feio pra mim, dá processo esse negócio (Zenon).

Torna-se impotente para fazer valer direitos ao solicitar a obtenção de novos documentos, até mesmo, porque feriu as regras, podendo ser preso, vendo-se, cada vez mais enredado na teia social que desqualifica o trabalhador nos termos da precarização da vida. À esse universo estranho e labiríntico do pode-e-não-pode, tem-e-não-tem, seguindo a lógica do “desapossamento” contínuo e ininterrupto, agregam-se outros elementos que denunciam a condição do sujeito visto sem direitos.

O fato é que os trabalhadores estão também subjugados a vários mecanismos imobilizadores da força de trabalho. Não apenas o “trabalho escravo por dívida”, nas unidades produtivas (Esterci, 2008; Figueira, 2004), mas também um tipo de imobilização que mesmo que não impeça o trabalhador de ir e vir, acaba por mantê-lo dependente do recebimento dos pagamentos a que têm direito. Este é um dos mais importantes mecanismos que vigoram nas relações de exploração do trabalho na Amazônia hoje: as redes invisíveis de aprisionamento. As pessoas não têm como sair ou garantir a sua mobilidade. Este aspecto se configura quando lhe é retirada a condição de liberdade de escolha e passa a ser coagido a trabalhar¹⁸. A forma como se processa a remuneração pelo trabalho realizado é uma delas. Zenon – um dos trabalhadores já citados – revela por meio de uma lógica narrativa muito própria, como a extrema precarização das condições de trabalho pode ser resumida na forma fragmentada e incerta de “como é” e “não é” efetivado o pagamento:

Eu digo uma coisa pra senhora. Se um cara trabalhar com um cara assim, vou falar pra senhora. A gente

trabalha pra pessoa assim, um pouco, ganhar dinheiro e ele não faz questão de pagar o cara. – Você trabalhou para ele e ele não te pagou?

– Ele paga, mas o cara fica nessa onda suja aqui, a senhora tá vendo, nós sentado ai, na grama, peão fica ai. Chega nele aí ele fala: – Vou pagar segunda feira. Mas ai dá dez real pra você, dá cinqüenta real, dá dois litro de pinga pro cara, e fica naquela rodinha assim né! Não chega no cara e diz: tá aqui o seu. Aí o peão dá o jeito dele para onde quiser. Pegar um ônibus para qualquer cidade, pra qualquer lugar. Você chega neles, ai ele dá dez real, cinqüenta real, trinta real, vinte real. Aí se tá tu, com umas duas três cachaças na cabeça: tá bom fulano, aí fica naquela onda toda. Se você chegar por exemplo: se vou chegar e pedir quero uma boia, um marmiteiro, eles não dão, desprezam as pessoas, parceiro, eu terminei meu serviço! Dez alqueire, quinze alqueire, vinte, trinta ou quarenta, e aí? O seu é esse aqui? É. Sempre nós trabalha, dois, três... Se comprou uma calça, duas ou três ou quatro, um fumo extra forte, um isqueiro, dois ou três. – Descontei! O seu é esse, o seu é esse e o seu é esse. E pagando todo mundo. Aí todo mundo dá seus pulos né. Mas fica nessa moage. A maior parte desses empreiteiro, fica nessa moage.

Outro trabalhador (que se identificou como Paulista) do grupo que estava na praça da rodoviária, juntamente com Zenon, reforça o discurso de como o pagamento pelo trabalho é transformado em mais uma forma de controle e exploração:

Sabe o que acontece aqui? Acontece o seguinte. Aqui dentro de Juina, os trabalhador vive... aqui pra você receber, tem que lutar. Se tem que ser camarada se tem que ser o tal.

Não pagam. Aí o que acontece? Sabe o que ele faz? Você vai no Brizola, e vê a conta que tá descontada. Porque ele faz o crédito. Então o que acontece aqui dentro de Juina, é o seguinte: você trabalha pra um cidadão aqui, sabe o que ele faz? Você pega o restaurante, pega o mercado e você vê, aonde tá a conta desse povo. Aí o que acontece? Estourou. Pagar como? O que acontece com esse povo dentro da cidade que o prefeito não vê isso? O juiz não vê isso, o que vale o juiz dessa cidade, se eles não resolve nada? Eles só dá valor nos barão. O que acontece aqui dentro de Juina é isso. Você vai, procura esses, como se diz, o hotel, o buteco, o mercado, ele, o dinheiro deles é vale. Dinheiro nada. O pagamento que tem dentro de Juina é o vale. Você sabe o que é o vale?

¹⁸ Há os casos em que a imobilização se dá pela falta de trabalho, por exemplo, em áreas de barragens (Guedes, 2012).

Dessa forma, o testemunho de cada trabalhador, neste microcontexto, sobre o sistema de trabalho e pagamento, que organiza e define um *modus operandi* de controle da força de trabalho, institui uma condição essencial nas relações de trabalho.

Não, o negócio não é esse, não é a bebida, como eles fala. Se vai um, outro vem né! A gente tá aqui. Aí o patrão vem e diz: eu tenho um serviço bem e tal, e vamo todo mundo, noventa dias lá no mato. Arroz, feijão e carne é a comida dele. Depois tu vem pra rua. Pode ir que segunda-feira, terça-feira eu trago pra você e tal. E aí a gente vem e chega aqui. Aí ele pega dez reais, quinze reais, pra você comprá um cigarro, comprá uma pinga...o problema é esse ai. Tem que trabalhar e ganhar dinheiro, aí já que não recebe mesmo, tem que aplicar tudo no mercadinho. Compra uma calça, uma botina. E fica tudo empenhado no mercado e no boteco (Jorge, que veio do Espírito Santo)

Aparecida Barbosa da Silva, quando era Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Confresa, em Mato Grosso, fez o seguinte relato¹⁹ sobre essa estratégia da não liberação do trabalhador rural:

Nem que eu tenha o direito de ir e vir, como muitos nordestinos que não tem acesso... Eles [os proprietários] dizem que não é escravo porque tem o direito de ir e vir. De que adianta eu falar pra você ir embora, quando você não foi pago, não tem casa ou não tem um centavo pra ir embora pro Maranhão ou outra parte do Nordeste, que é o caso de Alagoas, Pernambuco, do Ceará! Tem direito, mas não tem acesso...

Assim, a líder sindical desconstrói a ideia de trabalho escravo baseada apenas na imobilização do trabalhador ou trabalhadora, de acordo com orientações da Comissão Pastoral da Terra (Comissão Pastoral da Terra - CPT, 2010) e outras instituições governamentais e não governamentais. O “direito de ir e vir” não é mais definidor da condição de liberdade. Ao mesmo tempo, o trabalhador tem consciência de que prepondera a lógica da expropriação: desapossá-lo até mesmo do pagamento pelo trabalho realizado a que tem direito. Esta é uma estratégia dos empreiteiros e proprietários de terras, em conivência com o comércio local, de não apenas imobilizar o trabalhador, mas destituí-lo enquanto um corpo de direito.

Analisei nos relatos selecionados uma engrenagem autoritária de apropriação dos espaços sociais, de

controle e expropriação crescente dos trabalhadores, especialmente dos corpos que se quer colonizados. É o que nos permite algumas reflexões sobre as estratégias de controle e subordinação da mão de obra. Questão central para o capitalismo, que aciona novas e velhas formas de privação da liberdade, de exploração e precarização da vida na Amazônia (Pereira, 2015).

Dessa maneira, o percurso construído neste artigo articula a complexa condição vivenciada pelos trabalhadores deslocados, que muitas vezes são chamados de “migrantes”. São relatos de experiências que explicitam formas de precarização da vida e da negação de direitos, registradas/documentadas nas décadas finais do século XX e, no entanto, fortemente presentes nos dias de hoje, segunda década do século XXI. A reflexão teórico-metodológica sobre a exploração e expropriação suscitada pela utilização das noções de precariedade, vulnerabilidade e desapossamento instituem outras maneiras de compreender que desconstruem a naturalização das práticas de trabalho. Ao mesmo tempo, faz emergir e dá a ler um universo linguístico revelador de outras formas de resistência, até então inapreensíveis.

Referências

- AGAMBEN, G. 1998. *Al di là dei diritti dell'uomo*. In: *Mezzi senza fine: notte sulla politica*. Torino, Bolatti Boringhieri, p. 20-29. Disponível em: <http://murilocorreia.blogspot.fr/2010/04/mais-alem-dos-direitos-do-homem-de.html>. Acesso em: 19/04/2016.
- ALMEIDA, A.W.B. de. 2008. *Antropologia dos arquivos da Amazônia*. Rio de Janeiro, Casa 8/ Fundação Universidade do Amazonas, 192 p.
- ARAÚJO, J.M.L. 2015. *A Amazônia e o Nordeste no discurso governamental: trabalhadores rurais em deslocamento (1970-1985)*. Recife, PE. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, 153 p.
- ARENDT, H. 1981. *A condição humana*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 456 p.
- BUTLER, J.; ATHANASIOU, A. 2013. *Dispossession: the performative in the political*. Cambridge, Polity Press, 240 p.
- BUTLER, J. 2004. *Precarious life: the powers of mourning and violence*. London/New York, Verso, 168 p.
- CERUTTI, L. 2004. *Deslocamento social e trabalho temporário: práticas e relatos de trabalhadores em Primavera do Leste, Mato Grosso*. Cuiabá, MT. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Mato Grosso, 168 p.
- CERTEAU, M. de. 1998. *A Invenção do Cotidiano. Artes de fazer*. Petrópolis, Vozes, 351 p.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). 2010. *Conflitos no Campo Brasil 2009*. São Paulo, Expressão Popular.
- ESTERCI, N. 2008. *Escravos da desigualdade: um estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho boje*. Rio de Janeiro, Centro Edelstein

¹⁹ Entrevista oral da líder sindical, realizada por mim, em janeiro de 2006, na cidade de Confresa, MT. Fiz várias entrevistas com Aparecida Barbosa da Silva, aproximadamente 6 horas gravadas, em final de janeiro, parte do mês de fevereiro e julho do ano de 2006 (Guimarães Neto, 2010).

de Pesquisas Sociais, 104 p.

<https://doi.org/10.7476/9788599662618>

FERREIRA, M. de M. 2012. Demandas sociais e história do tempo presente. In: F. VARELLA et al. (org.), *Tempo presente & usos do passado*. Rio de Janeiro, Editora FGV, p. 101-124.

FIGUEIRA, R.R. 2004. *Pisando Fora da Própria Sombra*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 448 p.

FOLHA DE SÃO PAULO. 1977a. Aripuanã, controvertido caminho da Amazônia (III): Paranaenses, colonizadores que fazem nascer as cidades. São Paulo, 09 jun.

FOLHA DE SÃO PAULO. 1977b. A Gleba Indeco [Alta Floresta] está oferecendo uma oportunidade histórica para muitos colonos participarem da abertura de uma grande frente pioneira na Amazônia. São Paulo, 10 jun.

FOUCAULT, M. 2008. *Segurança, Território, População: curso dado no College de France (1977-1978)*. São Paulo, Martins Fontes, 295 p.

FOWERAKER, J. 1982. *A luta pela terra. A economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais*. Rio de Janeiro, Zahar, 376 p.

GOMES, A.C. 2012. Repressão e mudanças no trabalho análogo a de escravo no Brasil: tempo presente e usos do passado. *Revista Brasileira de História*, 32(64):167-184.

GOMES, A.C. 2008. Trabalho análogo a de escravo: construindo um problema. *História Oral*, 11(1-2):21-39.

GUEDES, A.D. 2012. Abrir no mundo, rasgando o trecho: mobilidade popular, família e grandes projetos de desenvolvimento. *Cadernos de campo*, 21:137-152.

<https://doi.org/10.1590/S0102-01882012000200010>

GUIMARÃES NETO, R.B. 2010. História, política e testemunho: violência e trabalho na Amazônia Brasileira. A narrativa oral da presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Confresa - Mato Grosso. *História Oral*, 13(1):53-86.

GUIMARÃES NETO, R.B. 2002. *A Lenda do Ouro Verde: política de colonização no Brasil contemporâneo*. Cuiabá, Unicen, 168 p.

HAESBAERT, R. 2004. *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" a multi-territorialidade*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 400 p.

HAESBAERT, R. 2008. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: M.A. SAQUET; E. SPOSITO (org.), *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo, Expressão Popular, p. 95-120.

HARRES, M.; JOANONI NETO, V. 2009. *História, terra e trabalho em Mato Grosso. Ensaios teóricos e resultados de pesquisas*. São Leopoldo/ Cuiabá, oikos/EDUFMT, 168 p.

HARVEY, D. 2004. Le "nouvel impérialisme"; accumulation par expropriation. *Actuel Marx*, 1(35):77-90.

<https://doi.org/10.3917/amx.035.0071>

HARTOG, F. 2012. *Régimes d'historicité. Presentisme et expériences du temps*. Paris, Editions du Seuil, 322 p.

KOSELLECK, R. 2006. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro, Contraponto, Ed. PUC- Rio, 358 p.

LAVERDI, R. et al. (org.). 2012. *História oral, desigualdades e diferenças*. Santa Catarina/Recife, EdUFSC/EdUFPE, 333 p.

LENHARO, A. 1986. *Sacralização da Política*. Campinas, SP, Ed. Papirus, 216 p.

JOANONI NETO, V. 2007. *Fronteiras da crença. Ocupação do norte de Mato Grosso após 1970*. Cuiabá, EdUFMT, 340 p.

JORNAL DA TARDE. 1981a. Na fronteira Agrícola, uma lição de progresso. São Paulo, 4 maio.

JORNAL DA TARDE. 1981b. A fronteira, onde o tempo não conta. São Paulo, 9 maio.

JORNAL DA TARDE. 1981c. Onde o Crime Jamais é Castigado. São Paulo, 11 maio.

MARTINS, J. de S. 2011. A política do Brasil: lúmpen e místico. São Paulo, Contexto, 253 p.

MÉDICI, E.G. 1971. *A Amazônia Brasileira em Foco. n. 5*. Rio de Janeiro, Comissão Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia, jan./jun., p. 15-16.

MONTENEGRO, A.T. 2010. *História, metodologia, memória*. São Paulo, Contexto, 228 p.

OLIVEIRA, L.A.P.; OLIVEIRA, A.T.R. 2011. *Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil*. Rio de Janeiro, IBGE, 103 p.

PEREIRA, A. dos R. 2015. *Do posseiro ao sem-terra. A luta pela terra no sul e sudeste do Pará*. Recife, Editora da UFPE, 386 p.

PETIT, P. 2003. *Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós- 1964*. Belém, Paka-Tatu, 282 p.

PLASSAT, X. 2010. Trabalho escravo: 25 anos de denúncia e fiscalização. In: A. CANUTO et al. (org.), *Caderno Conflitos no Campo 2009/ CPT*. São Paulo, Expressão Popular, p. 90-100.

PORTO-GONÇALVES, C.W.; ALENTEJANO, P.R.R. 2010. A violência do latifúndio moderno-colonial e do agronegócio nos últimos 25 anos. In: A. CANUTO et al. (org.), *Caderno Conflitos no Campo Brasil 2009/CPT*. São Paulo, Expressão Popular, p. 109-118.

PELBART, P.P. 2002. Biopolítica e Biopotência no coração do Império. Disponível em: http://multitudes.samizdat.net/article.php3?id_article=41. Acesso em: 26/01/2014.

REVEL, J. (org.). 1998. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 262 p.

SANTOS, M. 2006. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo, Edusp, 258 p.

SOARES, F.M. 2015. *O governo Médici e o Programa de Integração Nacional (Norte e Nordeste) – discursos e políticas governamentais (1969-1974)*. Recife, PE. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, 171 p.

SOUZA, M.L. 2000. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: I.E. CASTRO et al. (orgs.), *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, p. 77-116.

SAKAMOTO, L. (coord.). 2006. *Trabalho escravo no Brasil do Século XXI*. Brasília, OIT, 192 p.

TAVARES DOS SANTOS, J.V. 2000. *Conflictos agrários e violência no Brasil: agentes sociais, lutas pela terra e reforma agrária*. Bogotá, Pontifícia Universidade Javeriana. Seminário Internacional. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rjave/panelas/tavares.pdf>. Acesso em: 26/01/2016.

TORRES, M. (org.). 2005. *Amazônia Revelada - Os descaminhos ao longo da BR-163*. Brasília, CNPq, 496 p.